Henriques Ferrão, filho de Fernando Gonçalves Ferrão e de Maria Madalena Henriques Ferrão, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Outubro de 1962, casado, titular da identificação fiscal n.º 155221973, titular do bilhete de identidade n.º 6202214, com domicílio na Rua Júlio Dantas, lote 2, c/v D, 2750-680 Cascais, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 4 de Maio de 1996, por despacho de 19 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

19 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Fernando Manuel Dias Pereira*. — O Escrivão Auxiliar, *Francisco Espírito Santo*.

Aviso de contumácia n.º 4071/2006 — AP

O Dr. Fernando Manuel Dias Pereira, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 204/00.6GBOER, pendente neste Tribunal contra o arguido Emídio Manuel das Neves Ruivo, filho de Manuel Ines Ruivo Alves e de Anita das Neves Alves, natural de Abrantes, Pego, Abrantes, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Julho de 1964, titular do bilhete de identidade n.º 7410098, com domicílio na Rua Vale do Pereiro, 104, Pego, 2200 Abrantes, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 3 de Outubro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

24 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Fernando Manuel Dias Pereira*. — A Escrivã-Adjunta, *Francisco Espírito Santo*.

Aviso de contumácia n.º 4072/2006 — AP

O Dr. Fernando Manuel Dias Pereira, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1370/00.6PCOER, pendente neste Tribunal contra o arguido Bruno Antero Costa dos Santos, filho de Eduardo Ferreira dos Santos e de Maria Odete Fernandes Costa, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Fevereiro de 1979, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11894721, com domicílio na Travessa Visconde Moreira D'Orey, pátio 3, Porta 1, 2790 Carnaxide, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 15 de Dezembro de 2000, por despacho de 8 de Agosto de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

8 de Agosto de 2006. — O Juiz de Direito, *Fernando Manuel Dias Pereira*. — O Escrivão-Adjunto, *Luís Manuel da Silva Mateus*.

Aviso de contumácia n.º 4073/2006 — AP

O Dr. Fernando Manuel Dias Pereira, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1353/02.1TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Leordino Souza Rocha, de nacionalidade brasileira, nascido em 6 de Maio de 1962, titular do passaporte n.º Ck 383856, titular da identificação fiscal estrangeiro n.º 231450591, com domicílio na Rua José Joaquin Teixeira, 13, Cheganças, 2580 Alenquer, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97,

de 19 de Novembro, praticado em 6 de Setembro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Julho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

11 de Agosto de 2006. — O Juiz de Direito, *Fernando Manuel Dias Pereira*. — O Escrivão de Direito, *Jorge Manuel G. Nogueira*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OEIRAS

Aviso de contumácia n.º 4074/2006 — AP

O Dr. Mário João Pinto Amaral, juiz de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 342/00.5TAOER, pendente neste Tribunal contra o arguido Marcos Gabriel da Graça Mestrinho Almeida Garrett, filho de Francisco Manuel de Almeida Garrett e de Maria do Rosário Graça Mestrinho, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Agosto de 1979, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12085602, com domicílio no Largo do Mercado, lote 21, bloco A, 3.º-D, Quinta do Conde 3, 2975-337 Quinta do Conde, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 8 de Março de 2000, por despacho de 19 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal,

14 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Mário João Pinto Amaral*. — O Escrivão-Adjunto, *Vitor Manuel Aragão Castanheiro*.

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OEIRAS

Aviso de contumácia n.º 4075/2006 — AP

A Dr.ª Graça Saúde, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 536/01.6TAOER, pendente neste Tribunal contra o arguido José Ferreira Bernardino, filho de José Luis Bernardino e de Maria do Carmo Ferreira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Abril de 1959, titular do bilhete de identidade n.º 4468610, com domicílio na Rua Fernando Lopes Graça, 26, 3.º direito, Urbanização Checucos, S. Domingos de Rana, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, por despacho de 5 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por óbito.

7 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Graça Saúde*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Fátima Antunes*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLHÃO

Aviso de contumácia n.º 4076/2006 — AP

A Dr.ª Maria de Fátima Silva Viegas, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Olhão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 33/97.2TBOLH (199/96.9TBOLH-A), pendente neste Tribunal contra o arguido Nilson Timara Fanda, filho de Pinheiro Timara Fanda e de Maria Antónia Timara Fanda, natural da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 2 de Novembro de 1976, solteiro, titular do passaporte n.º Ca0057835, com domicí-